

CNE estuda realização simultânea das eleições autárquicas, legislativas e presidenciais num único dia

PÁG: 6

MATOLA NÃO É LUGAR PARA ENRIQUECER EMPREITEIROS SEM QUALIDADE

Acabou a brincadeira!!!



"Temos fiscais, consultores, engenheiros, arquitectos e técnicos formados para defender o interesse público. As obras são muito caras e não podem apresentar problemas logo nas primeiras chuvas. Que brincadeira é essa? Moçambique merece obras de qualidade e a Matola merece obras de qualidade."

PÁG: 4 & 5

ELEIÇÕES 2028/2029:

Forquilha disposto a coligar com VM7 se

PÁG: 08

POR FALTA DE UMA ADMINISTRAÇÃO LEGÍTIMA NA EMPRESA

Tribunal da Zambézia nomeia administração provisória para a mineradora Tazetta Resources e afasta administradores ilegais



EM SOFALA:

Adolescente condenado a sete anos de prisão por matar o próprio pai

Menor de 16 anos alegou ter sido influenciado por "maus espíritos"; tribunal aplicou atenuação especial prevista na legislação moçambicana



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



Tribunal Judicial da Província de Sofala condenou um adolescente de 16 anos de idade à pena de sete anos de prisão maior e ao pagamento de uma indemnização no valor de 100 mil meticais, após considerá-lo culpado pelo homicídio do seu próprio pai, num caso que chocou a opinião pública e reacendeu o debate sobre violência intrafamiliar, saúde mental e crenças tradicionais em Moçambique.

De acordo com os factos apreciados em tribunal, o crime ocorreu quando o jovem se encontrava doente e foi acompanhado pelo pai a um curandeiro, com o objectivo de

receber tratamentos tradicionais que, na expectativa da família, poderiam contribuir para a recuperação do seu estado de saúde.

Entretanto, durante a permanência no local, o adolescente apoderou-se de uma catana e desferiu vários golpes na cabeça do progenitor, provocando ferimentos graves que culminaram na morte da vítima ainda no local.

Durante o julgamento, o menor assumiu a autoria dos factos, mas justificou a sua conduta afirmando que agiu sob influência de "maus espíritos", argumento que foi analisado pelo tribunal no âmbito da produção da prova.

Na leitura da sentença, o juiz esclareceu que o crime de homicídio qualificado é punível, em circunstân-

cias normais, com uma moldura penal que varia entre 20 e 24 anos de prisão maior. Contudo, tendo em conta que o arguido era menor de idade à data da prática dos factos, o tribunal aplicou o regime de atenuação especial da pena previsto na legislação penal moçambicana.

"A menoridade do arguido constitui uma circunstância legal que impõe a redução da pena, razão pela qual o tribunal fixou a condenação em sete anos de prisão maior, respeitando os princípios da legalidade, proporcionalidade e reinserção social", fundamentou o juiz durante a leitura da decisão.

Além da pena privativa de liberdade, o tribunal determinou igualmente o pagamento de uma multa e indemnização fixada em 100 mil meticais, como forma de responsabi-

lização civil pelos danos decorrentes do crime.

Especialistas em justiça e protecção da criança defendem que casos desta natureza exigem uma abordagem multidisciplinar, envolvendo os sectores da justiça, saúde, assistência social e educação, sobretudo quando estão em causa menores de e alegações relacionadas com perturbações psicológicas ou crenças espirituais.

O caso encerra um dos processos criminais mais sensíveis julgados recentemente na Província de Sofala, evidenciando os desafios enfrentados pelo sistema de justiça na responsabilização de menores envolvidos em crimes de elevada gravidade, sem descuidar os princípios de protecção da criança consagrados na legislação nacional.

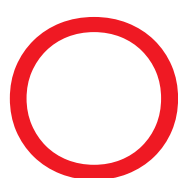
MAIS ESTRADAS 2031:

Governo aposta em tecnologia para revolucionar estradas



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



Governo de Moçambique prepara uma mudança estrutural na forma de construir e conservar estradas, apostando na introdução de novas tecnologias capazes de aumentar a durabilidade das infraestruturas rodoviárias, reduzir custos de manutenção e reforçar a resistência da rede viária aos efeitos das mudanças climáticas. A iniciativa enquadra-se no programa governamental "Mais Estradas - 2031", que prevê a reabilitação e construção de mais de 3.500 quilómetros de estradas em todas as províncias do país.



O compromisso foi reafirmado pelo Ministro dos Transportes e Logística, João Jorge Matlombe, durante a abertura do Seminário de Divulgação de Novas Tecnologias para a Construção e Manutenção de Estradas, realizado na cidade de Maputo. O encontro reuniu especialistas da Administração Nacional de Estradas (ANE), do Laboratório Nacional de Engenharia, das Ordens dos Engenheiros e dos Consultores, empreiteiros e parceiros do sector rodoviário.

Na ocasião, o governante destacou que a modernização das técnicas de engenharia representa uma prioridade estratégica para responder aos desafios enfrentados pela rede viária nacional, sobretudo nas zonas frequentemente afectadas pelas chuvas intensas.

"O nosso objectivo é construir estradas com maior qualidade, durabilidade e sustentabilidade, recorrendo a tecnologias inovadoras que permitam quebrar o

ciclo de destruição das vias sempre que ocorre a época chuvosa", afirmou João Jorge Matlombe.

O ministro explicou que Moçambique já desenvolve experiências com diferentes estabilizantes de solos e outras soluções tecnológicas utilizadas em países da região, procurando identificar aquelas que melhor se adaptam às características geológicas e climáticas nacionais.

"Temos estado a testar diferentes tipos de estabilizantes ao longo do País e a recolher experiências dos países vizinhos. Queremos encontrar soluções adequadas à realidade moçambicana e consolidá-las para fortalecer a nossa rede de estradas", explicou.

Segundo João Matlombe, o seminário teve igualmente como finalidade aproximar o Governo do sector privado, permitindo que empreiteiros apresentassem soluções inovadoras e discutissem a sua aplicação em função das especificidades dos so-

los existentes em cada província.

Enquanto isso, a Administração Nacional de Estradas reconhece que o país enfrenta desafios significativos na expansão e manutenção da sua rede rodoviária. Dados apresentados pelo Director-Geral Adjunto da ANE, Miguel Coanai, revelam que cerca de 80 por cento das estradas moçambicanas continuam sem pavimentação, realidade que condiciona a mobilidade, o desenvolvimento económico e o acesso das comunidades aos serviços básicos.

"Esta realidade coloca-nos desafios permanentes na construção, manutenção e conservação das infraestruturas rodoviárias, agravados pela escassez de materiais adequados, pelos elevados custos de transporte e pelos impactos das mudanças climáticas", afirmou Miguel Coanai.

Perante este cenário, a ANE considera que o seminário representa mais do que um espaço de apresentação de produtos. A insti-

tuição pretende utilizar as novas soluções como base para estudos científicos e projectos-piloto que permitam avaliar o seu desempenho antes da sua adopção em larga escala.

"A ANE está totalmente empenhada em acompanhar todo o processo de testagem, monitorização e avaliação das secções experimentais. Apenas através de evidências técnicas sólidas será possível decidir sobre a adopção destas tecnologias nos futuros projectos rodoviários", sublinhou Miguel Coanai.

Especialistas presentes defendem que a utilização de tecnologias inovadoras poderá reduzir significativamente os custos de manutenção das estradas, aumentar a vida útil das infraestruturas e minimizar as interrupções provocadas por eventos climáticos extremos, que nos últimos anos têm causado elevados prejuízos à economia nacional.

O programa "Mais Estradas - 2031" constitui uma das principais apostas do Executivo para reforçar a integração territorial, facilitar o escoamento da produção agrícola, dinamizar o comércio interno e melhorar a ligação entre distritos, províncias e corredores de desenvolvimento.

Com a implementação destas tecnologias, o Governo espera inaugurar uma nova fase na engenharia rodoviária moçambicana, baseada na inovação, sustentabilidade e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, contribuindo para uma rede de transportes mais resiliente e capaz de responder às necessidades do desenvolvimento económico e social do país.

VOCÊ também pode SORRIR assim

A sua confiança começa no seu sorriso

Chega de esconder os seus dentes

O sorriso que você merece está a um passo

250 MT

Maputo | WhatsApp: 827 290 685

VOCÊ também pode SORRIR assim

Chega de esconder os seus dentes

Volte a sorrir sem vergonha

A sua confiança começa no seu sorriso

O sorriso que você merece está a um passo

Maputo | WhatsApp: 827 290 685

Smokers Toothpaste

GETIRO DE TORRESMO (MANKKILIS)

NET:103g

TOOTHKASTE

CONCEITO TORRESMO CLINICS

MOÇAMBIQUE

MATOLA NÃO É LUGAR PARA ENRIQUECER EMPREITEIROS SEM QUALIDADE

Acabou a brincadeira!!!



POR: DÁVIO DAVID

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

Empreiteiro CRBC é instado a garantir padrões de qualidade semelhantes aos da Estrada Circular de Maputo e da Ponte Maputo-Katembe. Edil exige contratação de mão de obra local, transparência na fiscalização e responsabilização de empreiteiros que abandonam obras após receberem pagamentos. População manifesta esperança de que o projecto ponha fim às inundações que afectam milhares de famílias.

O Presidente do Conselho Municipal da Cidade da Matola, Júlio Parruque, lançou oficialmente a primeira pedra para a construção do sistema de drenagem Matlemele-Matola Gare, uma empreitada de cerca de nove quilómetros, avaliada em 548 milhões de meticais, financiada pelo Município da Matola com apoio do Banco Mundial. Durante a cerimónia, o edil dirigiu um discurso firme ao empreiteiro CRBC, deixando claro que o município não aceitará obras de fraca qualidade nem atrasos na execução.

Segundo Parruque, a construção representa uma das maiores intervenções de drenagem já realizadas na cidade e deverá ser concluída no prazo de oito meses. O presidente municipal afirmou que o investimento deve traduzir-se em benefícios concretos para a população e não apenas em ganhos para as empresas envolvidas.

“Não queremos voltar a intervir os nove quilómetros por falta de qualidade. Queremos a mesma qualidade da Estrada Circular de Maputo e da Ponte Maputo-Katembe. Exigimos igualmente o cumprimento rigoroso do prazo e a contratação de mão de obra local, porque temos muitos matolenses desempregados e esta é uma exigência do município.”

Durante a apresentação do projecto, Parruque advertiu que a autarquia será rigorosa na fiscalização da obra, defendendo que o dinheiro público deve resultar em infra-estruturas duradouras.

Transparência na



fiscalização

Outro aspecto que mereceu destaque foi a exigência de maior transparência no processo de fiscalização. O presidente municipal manifestou preocupação pelo facto de a placa informativa da obra não indicar o valor destinado à empresa fiscalizadora.

Segundo explicou, os municípios têm o direito de conhecer todos os custos associados ao projecto, incluindo os valores pagos aos consultores responsáveis por garantir a qualidade da execução.

“Temos fiscais, consultores, enge-

nheiros, arquitectos e técnicos formados para defender o interesse público. As obras são muito caras e não podem apresentar problemas logo nas primeiras chuvas. Que brincadeira é essa? Moçambique merece obras de qualidade e a Matola merece obras de qualidade.”

Parruque acrescentou que a fiscalização não pode limitar-se ao papel, devendo actuar permanentemente para assegurar que os padrões técnicos sejam respeitados.

“Matola não é lugar para enriquecer e abandonar o povo”

Num dos momentos mais marcantes da cerimónia, o edil endureceu o discurso contra empresas que executam obras de baixa qualidade e abandonam os projectos após receberem os pagamentos.

Perante centenas de municípios, declarou que o município não aceitará empreiteiros interessados apenas em benefícios financeiros.

“Matola não é um sítio para fazer dinheiro e depois ir embora. Não queremos isso. Queremos transparência, responsabilidade e qualidade. As obras terminam e basta chover para as estradas se degradarem. Os municípios não celebram esse tipo de trabalho.”

O presidente recordou ainda que Moçambique assinala 51 anos de independência e defendeu que as infra-estruturas actualmente construídas devem apresentar padrões superiores aos do passado.

Drenagem considerada prioridade para combater inundações

Parruque reconheceu que um dos maiores desafios enfrentados pelos residentes da Matola continua a ser a insuficiência dos sistemas de drenagem e das vias de acesso.

Segundo explicou, a estratégia do município consiste em executar obras por etapas, expandindo gradualmente a rede de drenagem para reduzir os efeitos das cheias que todos os anos afectam diversos bairros.

O edil apelou ainda à união entre empreiteiro, fiscais e população, considerando que todos são responsáveis pelo sucesso da obra.

“Os donos desta obra são os munícipes, os fiscais e o empreiteiro. Precisamos caminhar todos na mesma direcção. Já basta de repa-



rar estradas todos os anos por falta de qualidade. Basta, basta e basta. A Matola quer empreiteiros sérios e honestos.”

O presidente municipal sublinhou que o financiamento obtido representa uma demonstração de confiança nas instituições locais e deve ser administrado com elevado sentido de responsabilidade. Segundo Parruque, o investimento foi possível graças ao apoio do Banco Mundial e ao compromisso do Governo liderado pelo Presidente Daniel Chapo em financiar infra-estruturas estruturantes para a cidade da Matola.

“O município lutou muito para conseguir este financiamento. Este dinheiro pertence ao povo e deve servir para resolver os problemas da popu-

lação. Não é para empreiteiros fazerem dinheiro e abandonarem a obra, nem para fiscais fecharem os olhos.”

Cinco bairros serão directamente beneficiados

O projecto de drenagem Matlemele–Matola Gare deverá beneficiar directamente milhares de famílias residentes nos bairros KM 15, Matlemele, Matola Gare, Inkobe e Nwamatibjana, zonas frequentemente afectadas por inundações durante a época chuvosa.

Além da construção do sistema de drenagem, espera-se que a intervenção melhore as condições

de circulação, reduza os prejuízos provocados pelas cheias e impulse a actividade económica local.

Municípios recebem projecto com esperança

A população ouvida pelo Jornal Visão Moçambique manifestou satisfação pelo arranque das obras, considerando que a intervenção poderá reduzir significativamente os problemas enfrentados durante as chuvas.

Moradora de Matlemele, Domingas Joaquim afirmou que o projecto representa uma resposta há muito esperada pelos residentes.

“Estamos satisfeitos com o iní-

cio das obras. Esperamos que esta drenagem reduza as inundações que temos sofrido constantemente durante a época das chuvas. O presidente Parruque está de parabéns.”

Também Marlene Moiane saudou o lançamento da empreitada, mas apelou para que intervenções semelhantes sejam realizadas noutros bairros vulneráveis.

“Esperamos que o município continue este trabalho e leve obras de drenagem para bairros como Liberdade e Fomento, que também sofrem muito durante a época chuvosa.”

Por sua vez, João Langa, comerciante no Mercado da Matola Gare, pediu ao empreiteiro que cumpra rigorosamente o prazo estabelecido.

“Estou satisfeito com a obra, mas peço que o empreiteiro cumpra o prazo. Desde o início dos trabalhos houve redução do movimento no mercado. Acreditamos que, com a conclusão da drenagem e da pavimentação prometida, teremos melhores condições e mais clientes.”

Uma obra sob forte escrutínio público

O lançamento da drenagem Matlemele–Matola Gare ficou marcado por um discurso de firmeza do presidente municipal, que prometeu acompanhar de perto a execução do projecto e responsabilizar todos os intervenientes caso sejam detectadas irregularidades.

Num contexto em que várias obras públicas têm sido alvo de críticas devido à degradação prematura, a empreitada passa agora a ser observada atentamente pelos munícipes, que esperam ver o investimento transformar-se em infra-estruturas resistentes, duradouras e capazes de melhorar a qualidade de vida na maior cidade do país.

CNE estuda realização simultânea das eleições autárquicas, legislativas e presidenciais num único dia

Plano de Actividades e Orçamento revela que a Comissão Nacional de Eleições avalia um novo modelo eleitoral, que poderá alterar profundamente a organização dos pleitos em Moçambique. Especialistas alertam para desafios logísticos, enquanto a medida poderá reduzir custos e simplificar o calendário eleitoral.



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



A Comissão Nacional de Eleições (CNE) está a analisar a possibilidade de realizar, pela primeira vez na história eleitoral de Moçambique, as eleições autárquicas, legislativas e presidenciais no mesmo dia. A informação consta do Plano de Actividades e Orçamento da instituição para o ano de 2026, documento a que o *Jornal Visão Moçambique* teve acesso.

Caso a proposta avance e venha a ser acolhida pelas entidades competentes, o país poderá assistir a uma profunda reforma na organização do calendário eleitoral, concentrando num único dia três dos mais importantes processos democráticos nacionais.

A iniciativa encontra-se ainda em fase de estudo e avaliação técnica, segundo o documento consultado. O objectivo passa por analisar a viabilidade jurídica, operacional, financeira e logística de uma even-

tual harmonização dos diferentes processos eleitorais.

A eventual concentração dos pleitos poderá representar uma mudança estrutural na gestão das eleições em Moçambique, exigindo revisões da legislação eleitoral, reorganização dos procedimentos administrativos e reforço da capacidade institucional dos órgãos de administração eleitoral.

“A Comissão Nacional de Eleições está a estudar a possibilidade de concentrar as eleições autárquicas, legislativas e presidenciais para serem realizadas num único dia”, refere o Plano de Actividades e Orçamento da CNE para 2026.

Entre as potenciais vantagens apontadas por analistas estão a redução dos custos associados à realização de eleições separadas, a diminuição da mobilização repetida de recursos humanos e materiais, bem como a simplificação do calendário político e administrativo do país.

No entanto, especialistas ouvidos em diferentes debates públicos sobre administração eleitoral têm advertido que uma eventual unificação dos pleitos também poderá aumentar significativamente a complexidade da votação, da contagem dos votos, da transmissão dos resultados e da formação dos membros das mesas de votação.

Outro desafio identificado prende-se com a necessidade de assegurar que os eleitores compreendam claramente os diferentes boletins de voto e os respectivos processos, reduzindo riscos de votos nulos e de atrasos na divulgação dos resultados.

Até ao momento, a CNE não anunciou oficialmente qualquer decisão definitiva sobre a matéria, limitando-se a incluir o estudo no seu plano de actividades para este ano. Isso significa que a proposta continua em fase de avaliação e dependerá igualmente de consenso político, alterações legislativas e pa-

receres técnicos antes da sua eventual implementação.

Caso venha a ser adoptado, o novo modelo poderá representar uma das mais profundas reformas do sistema eleitoral moçambicano desde a introdução do multipartidarismo, alterando significativamente a forma como os cidadãos participam nos processos democráticos.

Nos próximos meses, espera-se que a Comissão Nacional de Eleições apresente os resultados dos estudos técnicos e promova consultas com as instituições do Estado, partidos políticos e demais actores envolvidos na administração eleitoral.

A evolução deste processo será determinante para perceber se Moçambique avançará para um modelo eleitoral concentrado ou manterá o actual sistema de realização separada dos diferentes pleitos.

“Meu partido é que vai decidir. Se na altura que tivermos a fazer essa reflexão (sobre as candidaturas) e o partido entender que o Forquilha deve concorrer, hei-de concorrer, mas se o partido achar que deve ir outro candidato, vou apoiar”, disse Forquilha. Pág. 08



ELEIÇÕES 2028/29:

FORQUILHA DISPOSTO A COLIGAR COM VM7 SE....

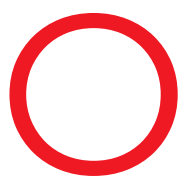
ELEIÇÕES 2028/2029:

Forquilha disposto a coligar com VM7 se...



POR: DÁVIO DAVID

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



Presidente do Partido Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS), Albino Forquilha garante

estar aberto a coligar-se com qualquer candidato e partido político nas próximas eleições Autárquicas e gerais de 2029, caso o partido que dirige concorde.

Embora, Albino Forquilha reconheça que ainda não sabe se em 2029, vai concorrer para às eleições Gerais como candidato presidencial, afirma que “muitos já me colocaram essa questão”.

Não é para menos, actualmente, o PODEMOS é o segundo partido mais votado nas últimas eleições gerais, graças ao suporte da candidatura de Venâncio Mondlane, contudo, a coligação foi quebrada devido a alegados incumprimentos dos termos de referência entre ambos.

Aliás, o PODEMOS, não só é acusado de “trair” Mondlane, mas bem como de ter “burlado” fundos

da Solidariedade Cívica de Moçambique (SCM) na coligação de 2024, segundo Tribunal Judicial da Cidade de Maputo.

De lá para cá, o PODEMOS está a “comer bem” através da sua bancada parlamentar da Assembleia da República, e Forquilha a se beneficiar do Estatuto de líder da oposição política no país, enquanto Venâncio Mondlane vai consolidando o seu ANAMOLA, focado nas próximas eleições que já se avizinham.

Nós círculos da opinião pública, já começa a se vaticinar a “morte” política do PODEMOS e de Albino Forquilha, nas próximas eleições Autárquicas e Gerais por alegadamente ter traído Mondlane, SCM e “vendido a verdade eleitoral”.

Em entrevista exclusiva, Forquilha diz que sua eventual candidatura ao cargo de Presidente da República está refém da deliberação do seu partido, embora garanta que o PODEMOS tem “pernas” para andar sem Venâncio Mondlane.

“Meu partido é que vai decidir.

Se na altura que tivermos a fazer essa reflexão (sobre as candidaturas) e o partido entender que o Forquilha deve concorrer, hei-de concorrer, mas se o partido achar que deve ir outro candidato, vou apoiar”, disse Forquilha.

Sobre a probabilidade de se coligar a outros partidos políticos, nas próximas eleições Forquilha igualmente defende ponderação e avaliação mais cautelosa, alegando que os partidos políticos mudam suas estratégias e filosofia política em cada ciclo eleitoral.

“Nós, nesse momento, estamos dentro de um debate Inclusivo muito interessante que pode mudar o rumo das eleições e nessa altura saberemos com quem nos coligar se for necessário. Mas sempre será matéria de deliberação do partido, acrescentou Albino Forquilha.

Questionado sobre eventual reconciliação com Venâncio Mondlane, Forquilha disse que não há nada para se reconciliar.

“Nós tivemos juntos para fazer uma acção conjunta. Mas se nessa altura se entender que sim há neces-

sidade de coligar e com quem coligar, iremos fazer”, assegurou.

De acordo com Forquilha, as próximas eleições Autárquicas podem ser mais desafiantes para o país, pois há intenção de se aumentar mais autarquias.

“Felizmente fiz parte da CREMOD, é provável que as próximas eleições Autárquicas de 2028, ocorram em todos os distritos. Estou a dizer bem, é provável que os distritos sejam autarcizados para as próximas eleições. Assim a acontecer, não temos um único foco, vamos trabalhar em todas os distritos, para que tenhamos capacidade para concorrer como partido concorrente”, revelou Forquilha.

Actualmente, no país existem 65 municípios e 154 distritos, o que leva a questionar, onde o Estado moçambicano vai buscar tanto dinheiro para financiar o processo eleitoral dessas dimensões e sobretudo, onde os partidos políticos concorrentes vão arranjar tanta gente para fiscalizarem o processo eleitoral?

POR FALTA DE UMA ADMINISTRAÇÃO LEGÍTIMA NA EMPRESA

Tribunal da Zambézia nomeia administração provisória para a mineradora Tazetta Resources e afasta administradores ilegais



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

Com esta decisão, espera-se que a empresa volte a operar com total legalidade e legitimidade.

Ainda acrescenta-se por fontes, que neste período que a empresa esteve a operar com um corpo falso, houveram vários despedimentos de trabalhadores, sem justa causa que até ao momento não receberam as suas indemnizações, que ao todo compõem um total de mais de 30 funcionários.

De referir ainda, que esta administração ilegal, no presente ano 2026 efetuou carregamentos de 4 navios, com valores comerciais estimados em mais de 3 bilhões de meticais. Valores estes, que deveriam estar nas contas da empresa e que deveriam servir para despesas da empresa!

E Hoje a mesma até recorre a órgãos de comunicação social, para desinformar sobre a falta de fundos para pagamentos de salários e diversos.

“foi nomeada provisoriamente uma Administração na sociedade até a realização da Assembleia Geral legalmente instituída, convocada para o dia 07 de Agosto”, lê-se na sentença.

O Tribunal Judicial da Zambézia dissolveu todo falso corpo administrativo da mineradora de areias pesadas de Pebane, Tazetta Resources. A decisão funde-se pela Acção Especial de Convocação da Assembleia Geral Ordinária nº 26/2025-A, interposta por um dos Beneficiários efetivo da mineradora neste caso, o Vasily Trubnikov autor da acção contra a empresa por conta da administração liderada pelos homens de Evgeny Volosov e Romes..., acusada de falta de prestação de contas entre os anos 2023, 2024 e 2025 e recusa de convocação de Assembleia geral. Ainda, justificou a decisão o facto de a produção da prova ter concluído que afinal, o senhor Alexandre Gorlov, e seus homens, que se intitulavam administração, era ilegal e sem mandato válido para representar a empresa.

Pelo facto, o Tribunal decidiu

nomear uma administração provisória até a data da Assembleia Geral. Foi também designada órgão para compor a mesa da assembleia eleitoral, bem como, ordenar que as deliberações da Assembleia Geral sejam lavradas em Acta Notarial, para o que se oficie todas as entidades públicas e privadas do país.

O Jornal Visão Moçambique teve acesso a sentença da 1ª Secção Cível, Tribunal Judicial da Zambézia, onde se lê: “ficou provado nos autos, que a Tazetta Resources, não realizou Assembleias Gerais Ordinárias relativamente aos exercícios de 2023, 2024 e 2025, omitindo reiteradamente o cumprimento daquela obrigação, sendo que, esta omissão é objectivamente ilegal, independentemente das razões que determinaram, e constitui fundamento suficiente e autónomo para a convocação judicial. E considera-se que não foram realizadas as Assembleias Gerais Ordinárias, pois a Tazetta Resources continua desprovida de administração válida”.

A sentença diz ainda que a falta de depósito dos documentos de prestação de contas por três anos consecutivos expõe a sociedade ao risco de dissolução oficiosa, nos termos da alínea a) do artigo 234º do Código Comercial, o que torna a intervenção judicial não apenas legalmente admissível, mas prementemente necessária.

O juiz da causa socorre-se do artigo 1410º do Código de Processo Civil que consagra o critério de julgamento próprio dos processos de jurisdição voluntária, em que o juiz é livre de adoptar em cada caso a solução que julgue mais conveniente e oportuna.

“Nos presentes autos, a conveniência e a oportunidade impõem inequivocamente a nomeação de uma Administração Provisória da Tazetta Resources, Lda, com poderes de gestão corrente e prática de actos urgentes da sociedade, particularmente os inerentes ao seu

objecto social, isto é, prospeção, exploração, produção e comercialização de minerais, com vigência até a tomada de posse da nova administração legalmente eleita pela Assembleia Geral”, lê-se na sentença.

Assim, determinou-se a convocação da Assembleia Geral Ordinária da Tazetta Resources, Lda, realizar-se no dia 07 de Agosto de 2026, pelas 10 horas, na sua sede social, sita na Província da Zambézia, Cidade de Quelimane, Bairro Liberdade, AV. de Maputo, n.º 164, matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais, sob o NUEL: 100154536, com a seguinte ordem de trabalhos i) Eleição dos membros do órgão de administração da Tazetta Resources, Lda, por um mandato a fixar em conformidade com o Código Comercial e os estatutos da sociedade; ii) Apreciação, discussão e aprovação das contas dos exercícios de 2023, 2024 e 2025, incluindo os balanços, relatórios de gestão e a proposta de aplicação de resultados de cada exercício; iii) Deliberação

sobre a aplicação dos resultados dos exercícios em causa; iv) Deliberação sobre a realização de uma auditoria externa e independentes as actividades da Tazetta Resources, Lda, nos últimos três exercícios económicos (2023, 2024 e 2025); v) Criação de um Conselho Fiscal e eleição dos respectivos membros.

A decisão judicial exigiu do tribunal a nomeação de Administração Provisória, bem como, ordenou que as deliberações da Assembleia Geral sejam lavradas em Acta Notarial.

Por outro lado, o juiz notificou ao requerente Vasily Trubnikov e o Evgeny Volosov, na qualidade de beneficiários efectivos da Tazetta Resources Lda, para no prazo de 05 (cinco) dias, indicarem uma ou duas pessoas para compor a referida Administração provisória, mas pelo que lê-se no despacho, só o Vasily Trubnikov indicou os seus representantes, enquanto que Evgeny recusou-se de indicar no prazo determinado.



Governo leva electricidade a mil famílias em Palma



POR: ANGELO MANHENGUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



Cerca de 1.000 famílias das localidades de Senga e Patacua, no distrito de Palma, província de Cabo Delgado, passaram a beneficiar de energia eléctrica da Rede Eléctrica Nacional (REN), numa iniciativa que representa mais um avanço do processo de expansão do acesso à electricidade em Moçambique. A inauguração do projecto ocorreu no último sábado, 27 de Junho de 2026, reforçando o compromisso do Governo e da Electricidade de Moçambique (EDM) com a meta de universalização do acesso à energia até 2030.

A concretização desta infra-estrutura foi possível graças a um investimento de 45 milhões de meticais, financiado pela TotalEnergies, no âmbito das acções de responsabilidade social da empresa, em coordenação com a EDM. O projecto visa melhorar as condições de vida das populações, estimular o desenvolvimento económico local e fortalecer o acesso

aos serviços públicos essenciais.

Segundo informações divulgadas pela EDM, a empreitada compreendeu a construção de oito quilómetros de rede de Média Tensão, 13,5 quilómetros de rede de Baixa Tensão, a instalação de seis postos de transformação, com capacidade total de 960 kVA, bem como a montagem de 100 candeeiros de iluminação pública, garantindo maior segurança e melhores condições de circulação nas comunidades abrangidas.

“Com a electrificação das localidades de Senga e Patacua, cerca de mil famílias passam a beneficiar de energia eléctrica da Rede Eléctrica Nacional, criando-se condições para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento de actividades económicas.”

A EDM destaca que a chegada da energia eléctrica permitirá dinamizar pequenos negócios, impulsionar a prestação de serviços

públicos, incentivar o investimento privado e criar novas oportunidades de emprego e rendimento para as comunidades locais, contribuindo igualmente para a transformação socioeconómica da região.

A empresa recorda que a expansão da Rede Eléctrica Nacional constitui um dos pilares da estratégia do Governo para aumentar o acesso à energia em todo o território nacional. Actualmente, a taxa de acesso doméstico à electricidade através da rede nacional situa-se em 55,9%, estando em curso diversos projectos destinados a alcançar a meta de Acesso Universal à Energia Eléctrica até 2030.

“A EDM prossegue com a expansão da Rede Eléctrica Nacional em todo o País, contribuindo para o alcance da meta de acesso universal à energia eléctrica para todos os moçambicanos até 2030.”

Apesar dos avanços registados, a empresa apela à colaboração das comunidades na

preservação das infra-estruturas eléctricas, alertando que actos de vandalização e o roubo de energia provocam elevados prejuízos financeiros, comprometem a fiabilidade do sistema eléctrico e afectam directamente a qualidade do fornecimento às populações.

“É fundamental o envolvimento de todos no combate à vandalização das infra-estruturas eléctricas e ao roubo de energia, práticas ilícitas que prejudicam a Empresa e as comunidades.”

Criada a 27 de Agosto de 1977, a Electricidade de Moçambique (EDM, E.P.) é a empresa pública responsável pela produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica no país. A instituição reafirma que continuará a investir na expansão sustentável da Rede Eléctrica Nacional, considerando a energia um factor essencial para o desenvolvimento económico, social e para a melhoria das condições de vida das populações moçambicanas.

“Gueta Chapo lidera apoio a vítimas de xenofobia em Maputo



POR: ÂNGELO MANHENGUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



A Primeira-Dama da República, Gueta Chapo, deslocou-se ao Terminal de Transportes Interprovincial da Junta, na cidade de Maputo, para prestar solidariedade às vítimas dos recentes actos de xenofobia que encontraram abrigo naquele espaço. A visita foi marcada pela entrega de bens de primeira necessidade e por uma mensagem firme de unidade nacional, fraternidade e responsabilidade colectiva perante a crise humanitária.

Num momento em que centenas de cidadãos afectados pela violência procuram reconstruir as suas vidas, a presença da Primeira-Dama simbolizou o compromisso do Estado moçambicano em garantir assistência humanitária e apoio às famílias mais vulneráveis.

Durante a visita, Gueta Chapo distribuiu alimentos e outros produtos essenciais destinados a aliviar as dificuldades enfrentadas pelas vítimas, muitas das quais chegaram ao terminal sem quaisquer meios de subsistência. A iniciativa procurou responder às necessidades mais urgentes, assegurando condições mínimas de dignidade enquanto decorrem outras acções de assistência.

“Vimos transmitir uma mensagem de esperança, solidariedade e união. Nenhum cidadão deve sentir-se abandonado num momento de sofrimento. Precisamos de continuar mobilizados para apoiar estas famílias e garantir que recuperem a sua dignidade.”, afirmou a Primeira-Dama.»

A esposa do Chefe do Estado destacou que a resposta humanitária deve colocar no centro da intervenção os grupos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, mulhe-

res, idosos e pessoas com deficiência, defendendo uma assistência baseada no respeito pela dignidade humana e na inclusão social.

“As crianças, as mulheres, os idosos e as pessoas com deficiência necessitam de uma atenção especial. A assistência deve ser prestada com sensibilidade, respeito e humanidade.”, sublinhou.

A visita serviu igualmente para sensibilizar instituições públicas, organizações da sociedade civil, parceiros de cooperação e cidadãos a reforçarem os esforços de apoio às vítimas, considerando que a recuperação das famílias depende de uma resposta coordenada entre o Estado e toda a sociedade.

A Primeira-Dama reafirmou que o seu Gabinete continuará a acompanhar a situação no terreno, mobilizando recursos e iniciativas que contribuam para minimizar o sofrimento das vítimas e

acelerar a sua reintegração social.

“O Gabinete da Primeira-Dama continuará presente, acompanhando de perto a situação e mobilizando apoios para que nenhuma família fique sem assistência.”, garantiu.

Analistas sociais consideram que iniciativas desta natureza reforçam a confiança das populações nas instituições públicas e enviam uma mensagem de rejeição à xenofobia, promovendo os valores da paz, convivência harmoniosa e respeito pelos direitos humanos.

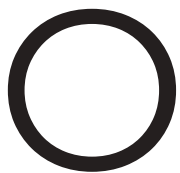
A deslocação de Gueta Chapo ao Terminal da Junta enquadra-se nas acções de solidariedade desenvolvidas pelo Gabinete da Primeira-Dama em resposta às consequências dos recentes episódios de violência, procurando assegurar assistência imediata às famílias afectadas e fortalecer os princípios de união, fraternidade e coesão nacional.

Rasaque Manhique defende nova abordagem de governação em Maputo



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



Presidente do Conselho Municipal de Maputo, Rasaque Manhique,

reafirmou o compromisso da edilidade com uma governação participativa, transparente e centrada nos cidadãos, defendendo que o desenvolvimento sustentável da capital moçambicana depende da escuta permanente das comunidades antes da tomada de decisões.

A posição foi assumida durante a abertura da XIII Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Maputo, ocasião em que o edil apresentou o balanço da acção governativa desenvolvida nos primeiros meses da sua gestão e destacou a necessidade de consolidar um modelo de governação baseado na proximidade entre o município e os munícipes.

Na sua intervenção, Rasaque Manhique afirmou que a administração municipal pretende romper com modelos de governação distantes da população, privilegiando uma liderança assente no diálogo permanente e na participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão.

"Queremos um Município que escuta antes de decidir."

Segundo o presidente do Conselho Municipal, uma governação eficiente deve ser construída com base na confiança entre os órgãos municipais e os cidadãos, permitindo que as preocupações das comunidades sejam incorporadas nas políticas públicas e nos programas de desenvolvimento urbano.

Ao longo do seu discurso, Manhique explicou que o município tem intensificado as acções de aproximação às comunidades através de visitas de trabalho aos Distritos Municipais, realização de Conselhos Consultivos descentralizados, audiências públicas e encontros regulares com diferentes segmentos da sociedade.

O edil referiu que estas iniciativas têm permitido identificar de forma directa os principais desafios enfrentados pelos bairros da cidade, criando condições para que as soluções adoptadas correspondam às necessidades reais da população.

"Acreditamos que uma boa governação começa pela proximidade com os cidadãos. Por isso, ao longo destes meses, temos levado o Município para junto das



comunidades, através de visitas aos Distritos Municipais, Conselhos Consultivos descentralizados, audiências públicas e encontros com associações comunitárias, agentes económicos, líderes religiosos, jovens, mulheres e representantes da sociedade civil."

De acordo com o autarca, a estratégia municipal visa fortalecer os mecanismos de participação popular, promovendo um ambiente em que diferentes sectores da sociedade possam contribuir activamente para a definição das prioridades de desenvolvimento da cidade.

Durante a sessão, o presidente destacou ainda que a actual governação municipal está estruturada sobre princípios considerados essenciais para garantir uma administração pública mais eficiente, inclusiva e responsável perante os cidadãos.

Entre esses princípios, apontou a proximidade, a transpa-



rência e a justiça social como pilares orientadores da gestão municipal, defendendo que estes valores devem nortear todas as decisões tomadas pela edilidade.

"Temos conduzido a nossa governação assente em três pilares fundamentais: proximidade, transparência e justiça social. É ouvindo os munícipes, prestando contas com clareza e promovendo decisões justas que continuaremos a construir uma cidade mais inclusiva, participativa e preparada para responder aos desafios do presente e do futuro."

Analistas de governação local consideram que o reforço dos mecanismos de diálogo entre o município e os cidadãos representa um instrumento importante para aumentar a transparência da administração pública, melhorar a prestação de serviços e fortalecer a confiança nas instituições municipais.

A XIII Sessão Ordinária da Assembleia Municipal decorreu num contexto em que a cidade de Maputo enfrenta diversos desafios relacionados com o crescimento urbano, mobili-

dade, saneamento, infra-estruturas, gestão de resíduos sólidos e expansão dos serviços básicos, exigindo soluções sustentáveis e uma maior participação das comunidades.

Com este posicionamento, Rasaque Manhique procura consolidar uma governação aberta, participativa e orientada para resultados, colocando os cidadãos no centro das decisões e reafirmando o compromisso do Município de Maputo com uma administração pública mais próxima, transparente e socialmente justa.

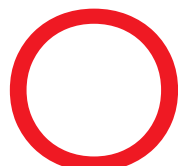
DÍVIDA DO ESTADO EM MOÇAMBIQUE AMEAÇA COLAPSO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Pagamento de apenas 17% considerado insuficiente



POR: REDACÇÃO DO JORNAL VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



sector da construção civil em Moçambique enfrenta uma das mais graves crises financeiras dos últimos

anos, consequência da elevada dívida do Estado para com empresas privadas, sobretudo empreiteiros responsáveis pela execução de obras públicas em diferentes pontos do país. O montante em atraso ascende a cerca de 29 biliões de meticais, situação que está a colocar dezenas de empresas à beira da insolvência e a comprometer milhares de postos de trabalho.

A preocupação foi manifestada pelo presidente da Federação Moçambicana de Empreiteiros, Bento Machaila, durante uma visita de trabalho à Associação Provincial de Empreiteiros de Sofala, onde analisou os desafios enfren-

tados pelo sector e ouviu relatos de empresários que enfrentam dificuldades para manter as suas actividades devido à falta de pagamentos por parte do Estado.

Segundo Bento Machaila, embora o Governo tenha anunciado a intenção de liquidar 17% da dívida acumulada até ao final do presente ano, a medida está longe de responder às reais necessidades das empresas.

"O Estado deve cerca de 29 biliões de meticais ao sector privado, particularmente às empresas de construção civil. A promessa de pagar apenas 17% até Dezembro representa uma gota no oceano perante a dimensão da dívida e das dificuldades que os empreiteiros enfrentam actualmente", afirmou Bento Machaila.

De acordo com o dirigen-

te, a insuficiência dos pagamentos poderá acelerar o encerramento de várias empresas, muitas das quais já operam com enormes limitações financeiras, acumulando dívidas junto da banca, fornecedores e trabalhadores.

A Federação alerta que a falta de liquidez compromete igualmente a capacidade de execução de novos projectos de infra-estruturas, reduzindo o investimento privado e afectando directamente o crescimento económico nacional.

Empresários do sector defendem que a regularização integral ou substancial da dívida constitui uma condição indispensável para restaurar a confiança entre o Estado e o sector privado, permitindo que as empresas retomem o ritmo normal das suas actividades e preservem milhares de empregos directos e indirectos.

Analistas económicos consideram que o incumprimento prolongado dos compromissos financeiros por parte do Estado produz efeitos em cadeia sobre a economia nacional, fragilizando empresas, reduzindo a arrecadação fiscal e limitando a capacidade de investimento.

Enquanto aguardam soluções concretas, os empreiteiros apelam ao Governo para acelerar o processo de pagamento dos valores em atraso, advertindo que a sobrevivência de grande parte das empresas da construção civil depende da rápida liquidação da dívida pública.

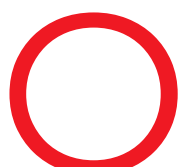
O sector espera que as negociações em curso produzam resultados efectivos, evitando o agravamento da crise e garantindo a continuidade das obras públicas essenciais para o desenvolvimento económico e social de Moçambique.

Inhambane acolhe exposição dos serviços do INSS no Dia da Independência



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



s serviços prestados pelo Instituto Nacional de

Segurança Social (INSS) na província de Inhambane estiveram expostos na Praça dos Heróis, na cidade de Inhambane, uma exposição promovida no âmbito das celebrações do 51º aniversário da independência nacional, assinalado no dia 25 de Junho do corrente ano.

Para o efeito, a delegação provincial do INSS em Inhambane instalou um stand, onde foram atendidos diversos cidadãos, entre eles os beneficiários (trabalhadores) inscritos no sistema, dos quais 23 que traziam diferentes preocupações que, prontamente, foram atendidos pela equipa destacada para o efeito, nomeadamente aqueles que procuravam informações sobre a sua situa-



ção contributiva no sistema gerido pelo INSS e potenciais trabalhadores por conta própria (TCP).

O stand do INSS foi visitado, para além da população em geral, pelas autoridades provinciais,

nomeadamente o governador da província, Francisco Pagula, bem como a secretária de Estado em Inhambane, Arsénia Massingue, os quais receberam esclarecimentos sobre os serviços prestados pelo INSS. Ambos enalteceram, na ocasião, o trabalho que esta instituição vem desenvolvendo, sobretudo na divulgação dos seus serviços.

Ainda esta semana festiva dos 51 anos da independência nacional, uma equipa do INSS realizou palestras de divulgação do Regulamento da Segurança Social Obrigatória junto dos pescadores da localidade de Zandamela, no povoado de Canda, Distrito de Zavala. A actividade, realizada em coordenação com o Governo do Distrito, através do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), culminou com a inscrição de 18 pescadores no sistema de segurança social.

TmCel e Movimento Mulheres na Engenharia firmam parceria para impulsionar participação feminina nas áreas tecnológicas

A

TmCel – Moçambique Telecom, S.A. e o Movimento Mulheres na Engenharia

formalizaram uma parceria estratégica destinada a reforçar a participação de jovens mulheres nas áreas de Engenharia, Tecnologia e Inovação, numa iniciativa que visa promover a igualdade de oportunidades e preparar uma nova geração de profissionais para responder aos desafios da economia digital.

O compromisso foi assumido através da assinatura de um Memorando de Entendimento, realizada na passada sexta-feira, 26 de Junho, em Maputo. O acordo estabelece um quadro de cooperação que permitirá ampliar as oportunidades de capacitação profissional para estudantes, finalistas e licenciadas em Engenharia e Tecnologias, incentivando uma maior presença feminina nas áreas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).



No âmbito da parceria, a TmCel compromete-se a disponibilizar estágios pré-profissionais nas áreas de Engenharia e Tecnologia, bem como apoiar programas de formação, mentoria, orientação de carreira, workshops técnicos e iniciativas de partilha de conhecimento, criando condições para que mais jovens mulheres adquiram experiência prática e fortaleçam as suas competências profissionais.

O Movimento Mulheres na Engenharia, organização moçambicana que actua há mais de quatro anos na promoção da igualdade de género nas profissões tecnológicas, será responsável por mobilizar e acompanhar jovens talentos, desenvolvendo programas que estimulem a liderança feminina e a inserção das mulheres no sector tecnológico.



Durante a cerimónia, o Presidente da Comissão de Gestão da Tmcel destacou que o memorando representa mais do que uma simples parceria institucional, constituindo um compromisso com a construção de um Moçambique

mais inclusivo, inovador e preparado para competir na economia do conhecimento.

"Precisamos formar profissionais qualificados, estimular o conhecimento científico e criar condições para que os talentos nacionais contribuam para uma economia moderna, competitiva e baseada no conhecimento."

Segundo o dirigente, o fortalecimento da participação feminina nas áreas tecnológicas é um factor determinante para acelerar a transformação digital do país, promover a inovação e impulsionar

a responsabilidade social e de promoção da inovação tecnológica, numa altura em que o mercado de trabalho exige profissionais altamente qualificados e preparados para os desafios da transformação digital.

Por sua vez, o Movimento Mulheres na Engenharia entende que iniciativas desta natureza representam um passo importante para reduzir as barreiras que ainda limitam o acesso das mulheres às profissões tecnológicas, contribuindo para a criação de um ambiente mais inclusivo, competitivo e orientado para a excelência.

A parceria está igualmente alinhada com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com especial incidência na promoção da Educação de Qualidade, Igualdade de Género, Trabalho Digno, Indústria, Inovação e Infra-estruturas.

Com este acordo, as duas instituições pretendem aproximar cada vez mais jovens mulheres dos sectores das telecomunicações, engenharia e tecnologias digitais, promovendo uma maior representatividade feminina em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento económico do país.

A expectativa é que a iniciativa contribua para reduzir as desigualdades de género, fortalecer o ecossistema nacional de ciência, tecnologia e inovação e formar uma nova geração de engenheiras capazes de liderar a transformação digital de Moçambique, colocando o conhecimento e a inovação no centro do crescimento económico e social.

SALIMO VALÁ NO FÓRUM DE NEGÓCIOS FEIRA EMPRESARIAL

"O desenvolvimento da Matola não deve ser entendido como uma inspiração municipal. É uma causa de interesse nacional"



POR: ÂNGELO MANHENGUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



mobilização de jovens, mulheres, empresários e parceiros de desenvolvimento em torno de uma visão comum demonstra que o desenvolvimento económico local constitui uma das principais alavancas para acelerar o crescimento nacional.

Autarquias como centros do desenvolvimento

Durante o seu discurso, Valá sublinhou que as autarquias assumem um papel cada vez mais determinante na melhoria da qualidade de vida da população.

Segundo explicou, é nos municípios onde os cidadãos avaliam a qualidade dos serviços públicos, incluindo o ordenamento territorial, mobilidade urbana, saneamento, limpeza, segurança e a capacidade de resposta às necessidades das famílias e das empresas.

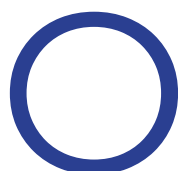
Para o ministro, uma governação municipal moderna deve privilegiar o diálogo permanente com os diferentes sectores da sociedade.

“Este fórum demonstra que a governação municipal da Matola deve ser uma governação aberta ao diálogo, à inovação e à cooperação. Não há desenvolvimento sem empresas fortes e não existe confiança duradoura sem transparência, responsabilidade e resultados visíveis na vida das famílias.”

Capital industrial deve liderar transformação económica

Salimo Valá considerou ainda que a Matola possui condições únicas para liderar o desenvolvimento económico nacional.

Segundo afirmou, o município não deve limitar-se ao estatuto de cidade satélite da província de Maputo, mas afirmar-se como um verdadeiro centro de crescimento económico, industrialização e atracção de investimento.



Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Salimo Valá, defendeu que a cidade da Matola

deve consolidar-se como uma referência nacional e regional na captação de investimentos, promoção da inovação e criação de oportunidades para os cidadãos. O governante falava na abertura do Fórum de Negócios e Feira Empresarial da Matola, evento que reúne representantes do Governo, setor privado, investidores nacionais e estrangeiros, academia e parceiros de desenvolvimento.

Na sua intervenção, Valá afirmou que o desenvolvimento da Matola ul-

trapassa os limites da governação municipal, defendendo que o progresso do município representa uma prioridade estratégica para todo o país.

“O desenvolvimento da Matola não deve ser entendido como uma inspiração municipal. É uma causa de interesse nacional”, declarou.

O ministro destacou igualmente o papel da juventude e das mulheres como motores da transformação económica do país.

“Quero saudar as mulheres e os jovens empreendedores. O vosso talento, energia

e capacidade de inovar são indispensáveis para a Matola, para a província de Maputo e para Moçambique crescer de forma mais rápida e inclusiva.”

Segundo Salimo Valá, sempre que a Matola cria mecanismos favoráveis ao investimento, todo o país beneficia.

“Quando a Matola cria mecanismos para o investimento, Moçambique reforça a sua credibilidade, organiza melhor o seu território, promove soluções para os desafios urbanos e fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições.”

O governante acrescentou que a

“A Matola deve afirmar-se como uma cidade que promove crescimento, acolhe investimento com responsabilidade, valoriza a indústria e cria confiança para investidores nacionais e internacionais.”

O ministro defendeu que o Fórum de Negócios deve servir para aproximar o setor público e privado.

“Devemos aproveitar este Fórum de Negócios para reforçar pontes entre o Município e o empresariado, entre empresas nacionais e investidores internacionais, entre a academia, os jovens e as oportunidades de riqueza, bem como entre a diplomacia económica e ações concretas para o desenvolvimento da Matola.”

Valá recordou ainda que a Matola ocupa uma posição privilegiada na economia moçambicana. “A Matola ocupa um lugar muito importante na vida socioeconómica da população moçambicana. Pela sua história, localização estratégica, vocação produtiva, base empresarial e industrial e ligação aos principais corredores logísticos da região, é justamente reconhecida como a capital industrial de Moçambique.”



Governo Provincial acredita em resultados concretos

Em representação do Governo Provincial de Maputo, o governador Manuel Tule manifestou confiança no impacto do Fórum de Negócios para o fortalecimento da economia local.

Segundo afirmou, a iniciativa do Conselho Municipal demonstra o compromisso da cidade em criar um ambiente favorável ao investimento.

“Temos total confiança de que



deste Fórum surgirão respostas concretas para os desafios e oportunidades que a Matola oferece aos empresários.”

O governador destacou igual-



mente a qualidade dos recursos humanos existentes no município.

“A Matola possui um capital humano de elevado valor. Aqui encontramos académicos, antigos e actuais dirigentes do país, empresários, gestores e uma juventude preparada para contribuir para o desenvolvimento económico.”

Manuel Tule reafirmou que a cidade continua a ser o maior parque industrial da província de Maputo e uma das principais plataformas económicas de Moçambique.

Município apela ao investimento

Por sua vez, o Presidente do Conselho Municipal da Matola, Júlio Parruque, lançou um apelo directo ao empresariado nacional e internacional para apostar nas potencialidades económicas da cidade.

Durante a abertura oficial do Fórum de Negócios e Feira Empresarial, Parruque destacou que existem condições favoráveis para novos in-

vestimentos e defendeu que o sector privado desempenha um papel decisivo na criação de emprego, riqueza e desenvolvimento sustentável.

CTA vê fórum como plataforma de crescimento



Também presente no evento, o vice-presidente da Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), Onório Manuel, classificou o Fórum de Negócios da Matola como uma importante plataforma para impulsionar o crescimento económico local.

Na ocasião, convidou empresários nacionais e estrangeiros a conhecerem as oportunidades de investimento existentes no município.

“Este Fórum de Negócios deve ser visto como uma verdadeira plataforma de crescimento local. Convidamos os empresários a visitarem a Matola e investirem no desenvolvimento da nossa cidade.”

A realização do Fórum de Negócios e Feira Empresarial reforça a estratégia do Município da Matola de consolidar o seu posicionamento como principal centro industrial e empresarial de Moçambique, apostando na cooperação entre o Estado, sector privado e parceiros de desenvolvimento para dinamizar a economia, criar empregos e fortalecer a competitividade do país.

Integração jurídica da SADC precisa acompanhar evolução económica

- defende Thera Dai Conselheira Nacional da Ordem dos Advogados de Moçambique



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



gilidades institucionais que afetam a segurança jurídica. Para o setor empresarial, estes fatores traduzem-se em maior risco regulatório, menor previsibilidade e redução da confiança no ambiente de investimento.

Um dos principais focos da intervenção foi a defesa da revitalização do Tribunal da SADC, cuja suspensão deixou, segundo afirmou, um vazio institucional na proteção de direitos decorrentes do direito comunitário.

A dirigente alertou que, sem um mecanismo judicial regional funcional e acessível, a integração económica da SADC permanece incompleta. “Durante mais de uma década, a África Austral permaneceu praticamente sem um tribunal regional acessível aos cidadãos”, referiu, sublinhando o impacto direto na responsabilização dos Estados e na proteção de direitos.

Para Thera Dai, a reativação de um tribunal regional independente é um imperativo não apenas jurídico, mas também económico, na medida em que reforça a confiança dos investidores e a estabilidade das regras do jogo na região.

A conferência foi igualmente palco de um apelo ao reposicionamento da SADC

A integração económica da África Austral avançou de forma significativa nas últimas décadas, mas a integração jurídica permanece aquém desse progresso, alertou a Conselheira Nacional da Ordem dos Advogados de Moçambique, Thera Dai, durante a 25.ª Conferência Anual da SADC Lawyers' Association (SADCLA), realizada em Maputo.

No encontro que reúne líderes das ordens e associações de advogados da região da SADC, Thera Dai sublinhou que o crescimento do comércio regional, dos investimentos e dos corredores económicos contrasta com fragilidades persistentes no sistema de justiça e no Estado de Direito.

Segundo a responsável, esta assimetria representa um risco estrutural para a sustentabilidade da integração regional, uma vez que o ambiente de negócios depende diretamente da previsibilidade jurídica, da independência dos tribunais e da confiança institucional entre Estados e investidores.



“Será que a nossa integração jurídica acompanhou essa evolução? A resposta é clara: ainda não”, afirmou, destacando que a ausência de uma arquitetura jurídica robusta limita o potencial económico

da região.

Thera Dai apontou ainda desafios como instabilidade política, conflitos armados em alguns países, restrições ao espaço cívico e fra-

Lawyers' Association (SADCLA), que deve assumir um papel mais ativo na construção institucional da região, influenciando políticas jurídicas e contribuindo para o fortalecimento da governação regional.



No plano profissional, a responsável destacou as transformações em curso na advocacia, impulsionadas pela tecnologia e pela inteligência artificial, bem como os desafios de competitividade, formação e inclusão de jovens e mulheres no setor jurídico.

Defendeu, neste contexto, uma advocacia mais moderna, digital e especializada, capaz de responder às exigências de uma economia em transformação e de um mercado cada vez mais complexo.

A Ordem dos Advogados de Moçambique, afirmou, encontra-se num novo ciclo institucional orientado para maior proximidade com os profissionais, modernização interna e reforço da sua intervenção no debate público e regional.

Thera Dai concluiu sublinhando que a integração regional não se constrói apenas com comércio e infraestruturas, mas com instituições fortes, independentes e previsíveis.

“A integração regional constrói-se através da confiança nas instituições, da independência dos tribunais e da certeza de que nenhum poder está acima do Direito”, afirmou.

A conferência decorre sob o tema “Promover uma SADC resiliente através do Direito: Facilitar a industrialização, a transição energética e a transformação agrícola”, reunindo bastonários e líderes das ordens de advogados da região.

“Eventos culturais e turismo podem impulsionar a economia nacional”, defende Dinho Puro



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290

O empresário e CEO do Grupo Sétimo Nível, Claudio Fone Wah, conhecido no meio artístico como Dinho Puro, defende que o país deve apostar mais no turismo e na cultura como motores de desenvolvimento económico, sobretudo num contexto em que Moçambique enfrenta desafios económicos.

A posição foi expressa durante um evento cultural realizado recentemente nas províncias de Nampula, Zambézia e Maputo, inserido nas celebrações dos 51 anos da Independência Nacional.

Segundo o empresário, os momentos de dificuldades fazem parte dos ciclos naturais de qualquer país ou organização.

“Nunca vi dificuldade como problema. Eu vim de baixo, cresci com altos e baixos, e quem vem de baixo não tem medo de subir e descer. É normal atravessar fases diferentes em qualquer ciclo, seja político ou empresarial”, afirmou.

Dinho Puro considera que, apesar das percepções de crise, o país continua em funcionamento e deve adaptar-se às circunstâncias.



“O que temos de fazer é readaptar-nos aos momentos em que vivemos. Não existe propriamente uma dificuldade permanente. O importante é comunicar, interagir e também criar espaços de lazer”, defendeu.

Para o empresário, o entretenimento e a cultura desempenham um papel essencial na estabilidade social e no desenvolvimento económico.

“Quando as pessoas não se divertem, acabam por criar problemas económicos e psicológicos. O turismo é uma das áreas mais

importantes do mundo, porque atrai divisas e faz crescer o PIB”, acrescentou.

“Turismo deve ser bandeira nacional”

Dinho Puro defende ainda que Moçambique deve reforçar a aposta no turismo como estratégia de desenvolvimento e promoção internacional do país.

“Temos de pegar mais na nossa bandeira do turismo e comunicar melhor o

que fazemos. É possível desenvolver o país se todos focarmos em áreas específicas e trabalharmos em conjunto”, afirmou.

O empresário destacou ainda o papel do Presidente da República nos esforços de desenvolvimento nacional.

“O Presidente está a trabalhar, não pára. Mas não podemos deixá-lo sozinho. Todos temos de contribuir para a independência económica do país”, sublinhou.

“Eventos mostraram que o país tem potencial para se divertir e crescer”

Sobre o evento realizado, o CEO do Grupo Sétimo Nível destacou a boa adesão do público, apesar das críticas sobre a situação económica.

“As pessoas estavam lá a divertir-se, com saúde e alegria. Isso mostra que ainda há espaço para o entretenimento crescer em Moçambique”, disse.

Para o empresário, o turismo e os eventos culturais devem ser vistos como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento.





“O Bang foi o primeiro a mostrar o que era o showbiz em Moçambique. Deixou um vazio muito grande”, disse.

Segundo o empresário, após o desaparecimento do artista, o setor perdeu parte da visão estratégica para o desenvolvimento sustentável da música.

“Hoje temos muitos artistas, mas faltam projectos estruturados e visão de futuro. Investiu-se muito em resultados imediatos e pouco em continuidade”, criticou.

“Sou preparado para dar continuidade ao legado cultural”

Grupo Sétimo Nível aposta na expansão nacional e internacional

Dinho Puro explicou ainda que o Grupo Sétimo Nível opera nas três regiões do país – norte, centro e sul – e pretende continuar a expandir os seus projectos.

“Os nossos projectos não são feitos para um único local. Estamos presentes em todo o país e queremos expandir ainda mais”, afirmou.

O empresário revelou também que a empresa prepara novos projectos culturais, ainda em fase de desenvolvimento.

“Estamos a preparar um grande projecto, ainda em segredo, mas que será revelado em primeira mão”, adiantou.



“Morte de Bang deixou vazio na música moçambicana”

Questionado sobre o agenciamento de jovens artistas e o impacto da morte do músico Bang, Dinho Puro afirmou que a música moçambicana perdeu uma referência importante.

Dinho Puro afirmou ainda estar preparado para assumir maiores responsabilidades no setor cultural, caso seja necessário.

“Sempre estive preparado. O que faltava era tempo. A vida empresarial exigiu outras prioridades”, explicou.

O empresário defendeu maior valorização da cultura nacional e maior apoio institucional aos artistas moçambicanos.

“Temos de acreditar mais em nós mesmos. Muitas vezes damos mais valor ao que vem de fora do que ao que é nosso”, concluiu.

CMM e MIREME assinam memorando para reforçar cooperação e atrair investimento no sector



POR: VISÃO MOÇAMBIQUE

REDACCAO@JORNALVISAOMOZ.COM | 82 830 6290



O objectivo é aproximar a formulação de políticas públicas das dinâmicas reais do mercado, promovendo maior coerência entre decisão regulatória e actividade empresarial.

Previsibilidade regulatória e redução de riscos

Um dos principais pilares do acordo é a institucionalização de um diálogo estruturado entre Governo e operadores do sector, com vista a reduzir incertezas e aumentar a previsibilidade regulatória.

A iniciativa pretende facilitar o acesso a informação

A Câmara de Minas de Moçambique (CMM) e o Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) formalizaram a assinatura de um Memorando de Entendimento (Mde) que estabelece novas bases de cooperação entre o Estado e o sector privado mineiro, num movimento considerado estratégico para o reposicionamento da indústria extractiva nacional.

O acordo, assinado em Maputo por Edson Matches, representa o primeiro instrumento formal do género desde a criação da CMM e surge num contexto de esforços para melhorar o ambiente de negócios e reforçar a atratividade de Moçambique para o investimento estrangeiro



no sector dos recursos minerais.

Novo quadro de governação e diálogo institucional

Para a liderança da CMM, o memorando ultrapassa o carácter protocolar e marca uma mudança

na forma como o sector privado e o Estado interagem na governação dos recursos minerais.

Segundo Edson Matches, o instrumento introduz uma nova abordagem de gestão de risco no sector mineiro, frequentemente condicionado por incertezas regulatórias e variações de políticas públicas, criando mecanismos formais de diálogo entre os principais intervenientes.

estratégica por parte dos investidores, contribuindo para decisões mais seguras num sector caracterizado por elevados níveis de investimento e horizontes de retorno de longo prazo.

Neste contexto, o Mde é visto como um instrumento de mitigação de risco, essencial para a consolidação de um ambiente de estabilidade jurídica e normativa.

Equilíbrio entre rentabilidade e sustentabilidade

O memorando também defende a necessidade de conciliar os interesses do Estado e do sector privado, promovendo um equilíbrio entre rentabilidade económica e sustentabilidade ambiental e social.

A abordagem propõe ultrapassar a tradicional tensão entre maximização da receita fiscal e viabilidade dos projectos, apostando numa estrutura de políticas públicas mais competitiva e sustentável.

A meta é posicionar Moçambique como destino preferencial para investimento de longo prazo, especialmente por parte de



A CMM defende que iniciativas como o desenvolvimento de fornecedores locais, conteúdo nacional e investimento em infraestruturas comunitárias devem ser encaradas como factores de eficiência e redução de risco operacional.

O reforço das cadeias de valor locais é apontado como forma de aumentar o impacto económico do sector e fortalecer a chamada licença social para operar, reduzindo potenciais tensões com comunidades.

Sinal de estabilidade ao mercado internacional

Para a CMM, a assinatura do memorando com o MIREME constitui um sinal claro ao mercado internacional de que Moçambique está a consolidar um quadro institucional mais previsível, cooperativo e alinhado com boas práticas globais de governação dos recursos naturais.

O documento contou com a participação do ministro dos Recursos Minerais e Energia, Estêvão Pale, e da equipa técnica do ministério, incluindo Luísa Maoacha.

Mais do que um acto administrativo, o acordo é interpretado como um passo de consolidação institucional num momento em que a competitividade global por investimentos no sector extractivo exige estabilidade, transparência e coordenação entre os sectores público e privado.

operadores que valorizem estabilidade macroeconómica e responsabilidade socioambiental.

Conteúdo local e investimento social

Outro destaque do acordo é a reconfiguração do papel do

investimento social corporativo, que deixa de ser visto apenas como obrigação acessória e passa a integrar a estratégia operacional das empresas mineiras.